

ATA DE REUNIÃO

Data: 09.12.2022 as 09h

Local: Telepresencial

Presenças: Mariana Piccoli Lerina (coordenação);
Gerson Moreais da Silva, indicado pela Diretoria-Geral;
Zelina Barbosa Galarracha Burch, representante da Ouvidoria;
Vânia Teresinha Soutinho, representante dos(as) servidores(as) com deficiência;
Alexandre Modesto Farias, representante dos(as) servidores(as) negros(as);
Bibiana Nodari Borges, representante dos(as) servidores(as) LGBTI;
Alessandra Pereira de Andrade, indicada pelo SINTRAJUFE/RS;
Juíza do Trabalho Rachel Albuquerque de Medeiros Mello, indicada pela AMATRA IV.

Horário: 9h - 10 horas

Pauta: Assuntos Gerais

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 10h, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pela Coordenadora do Comitê, Juíza Mariana Piccoli Lerina, registrando o que segue:

(i) Sobre os eventos a serem promovidos em 2023 pela Escola Judicial em parceria com o Comitê – **a)** Realização de um evento único relativo ao Dia Internacional da Mulher em março e vídeos educativos sobre o tema, com conceitos e dados; a sugestão é a realização dos vídeos pela SECOM com atuação do grupo de teatro do TRT4; **b)** Quanto aos Fóruns de educação sugere-se a manutenção do Antirracista e a implementação de combate à LGBTQIAPN+fobia no mês junho (a periodicidade anual ou bianual teria que ser ajustada ainda); a educação antipacifista entende-se por adequado ficar no bojo da Semana da diversidade e inclusão.

(ii) Quanto a requerimentos destinados à Administração do Tribunal:

a) Solicita-se a instituição de uma política de incentivo à efetiva participação de servidoras/es e magistradas/os nos eventos promovidos pela Ejud4 em parceria com o Comitê de

Equidade, quanto às pautas relativas aos grupos minoritários. O requerimento justifica-se no fato de que se observou que os eventos temáticos não contaram com o quórum desejado em relação a pessoas pertencentes ao quadro funcional do TRT e, no mais das vezes, as que participam se repetem, não se atingindo o objetivo de ampliar a educação sobre racismo, LGBTQIAPN+fobia, sexismo e capacitismo.

A título de sugestão, propõe-se a convocação de gestoras/es para os eventos; incentivo pela Administração do TRT entre magistradas/os, com possibilidade de autorização para readequação de pautas de audiências e suspensão de prazos para publicação de atos jurisdicionais para participação nos eventos (de regra, os eventos ocorrem entre um a três dias, no máximo).

Propõe-se, ainda, à Escola Judicial inclusão de temas voltados à educação inclusiva nos encontros de gestores e no nos encontros institucionais;

b) Solicita-se a instalação da Ouvidora específica como canal de escuta dos grupos minoritários. Salienta-se a instalação da Ouvidora da Mulher, instituída pela Portaria 33/2022 do CNJ, tanto no referido Órgão, como em diversos Tribunais do Brasil.

O requerimento deste Comitê é mais amplo, diante da avançada Política de Equidade existente no TRT4, solicitando-se, ao invés de uma Ouvidora exclusiva da Mulher, uma Ouvidora de Gênero, Raça, Diversidade e interseccionalidades para escuta e encaminhamento de questões relacionadas aos grupos minoritários. O Comitê de Equidade se coloca à disposição para atuar como apoio, considerando a necessidade de identificação de possíveis discriminações e ações relacionadas aos grupos, bem como se coloca à disposição para auxiliar em eventual proposta de regulamentação e estruturação do canal, caso acolhido o requerimento de instalação;

c) Solicita-se a inclusão no grupo de e-mails do Comitê de Equidade (comitegestor.equidade-lista@trt4.jus.br) do endereço eletrônico geral do Sintrajufe: sintrajufe@sintrajufe.org.br.

Reunião encerrada às 10h. Ata redigida por Mariana Piccoli Lerina e aprovada oportunamente pelos presentes.